

ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO: BREVE RELATO DE UMA PESQUISA DE CAMPO

FABÍOLA MATTOS PEREIRA¹; LÚCIA HELENA ALVES MÜLLER²

¹IFSul / CaVG; PUCRS - fabiolapereira@cavg.ifsul.edu.br

²PPGCS / PUCRS – lucia.helena@pucrs.br

1. INTRODUÇÃO

Parto da experiência que tenho me dedicado na pesquisa do Doutorado, como referência para as reflexões que serão apresentadas neste trabalho. A pesquisa se situa na discussão sobre a dimensão moral que tem cercado os entrecruzamentos entre classe e assistência no Brasil. Ocupa-se, a partir de uma instituição de ensino, em analisar os aspectos que contribuíram com a construção de um saber específico, a assistência, e as relações com demandantes por direitos. Enfatiza que para além da formalização e garantia de direitos, há forte apelo subjetivo na construção de critérios de seleção, os quais são considerados e articulados como critérios e saberes técnicos.

O princípio motivador deste estudo se situa na vivência profissional em uma instituição de ensino, conhecida na metade sul do RS, mais especificamente na cidade de Pelotas, por CaVG¹. Inaugurada em 1923, na ocasião como Patronato Agrícola, desde sempre ofertou ininterruptamente internato aos estudantes como forma de acesso e permanência àqueles que sem outro modo não teriam como lá estudar, tendo em vista a distância em relação a vida urbana naquele período.

Tomo a etnografia documental como abordagem metodológica, e nela tenho me apoiado para a construção de textos etnográficos, exercício semelhante que se faz com ‘populações nativas’ no campo das relações sociais, não fosse o fato de que este objeto em particular, os documentos, não me permitirem interlocução e diálogo.

A utilização dos documentos não apenas como suporte de informações, mas sobretudo como forma e conteúdo das relações humanas cristalizadas através da escrita tem sido o desafio maior que tenho vivido. Diante da busca pela compreensão dos significados, tentarei discutir alguns aspectos das relações entre instituições e populações-alvo de políticas. Considero complexo o campo das relações que ocorrem em instituições, o que justifica a escolha deste tema para discussão e, como já referi, entender as dinâmicas culturais das relações explicitadas em documentos requer vigilância para que não se tome a forma pelo conteúdo.

Abrirei a discussão defendendo a permanência de apelos morais em práticas explicitadas como cidadãs (geralmente de técnicos em seu trabalho de intervenção) junto aos jovens e suas famílias pleiteantes de benefícios de assistência estudantil. Na continuidade abordarei e problematizarei a voz da instituição e sua legitimidade enquanto “a” fala autorizada em nome de um “outro”.

2. METODOLOGIA

¹ A sigla popular na cidade teve sua origem como PAVG (Patronato Agrícola Visconde da Graça), passando para AAVG (Aprendizado Agrícola Visconde da Graça), para aportar em CAVG (Colégio Agrícola Visconde da Graça), mantendo a sigla posteriormente ao que veio a ser chamado na continuidade de Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça e atualmente, Câmpus Pelotas – Visconde da Graça.

A dimensão metodológica nesta proposta é fundamental para a discussão que se pretende desenvolver. Para tanto, parte da etnografia como forma de abordagem da realidade e, não apenas como técnica (indicação presente em muitos manuais de metodologia de pesquisa científica). O método utilizado na pesquisa será o antropológico - etnográfico, cuja orientação teórica se estabelece no sentido de perceber o ponto de vista dos interlocutores do estudo, questão fundante da disciplina de Antropologia. Destaca-se particularmente que tal postura vem sendo adotada junto aos documentos institucionais atualmente dispostos no acervo institucional em construção desde 2014 pelo NEPEC².

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Querido filho como vais?

Aqui com a mãe e os demais tudo bem, só com saudades.

Meu filho envio através desta o que pedes, o valor da pensão da mãe por mês é de C\$ 885,00. E do meu trabalho por mês é de C\$ 450,00 (assinatura do empregador da mãe).

Se era isso já o tem

Boa sorte. Abraços”

A imagem real dessa carta me foi apresentada pela bolsista de pesquisa³, numa gelada manhã de maio de 2015, quando analisávamos uma das tantas pilhas de documentos que nos dedicamos semanalmente. O esforço da mãe em traduzir, naquilo que ela acreditava ser um instrumento legítimo construído na forma de um documento-carta, através da assinatura de seu empregador é mais que um emblema, é uma forma manifesta da condição subalterna (CARVALHO, 2001), deixando implícita que sua verdade deve ser por outros atestada e confirmada. Necessita assim de alguém que ateste sua vulnerabilidade, sua inferioridade na escala social, dos bens e dos lugares.

O trecho que compõe desde a abertura deste tópico foi extraído do meu diário de campo. A partir dele passo a refletir sobre a relevância das moralidades no contexto do trabalho dos profissionais encarregados da assistência, e do quanto seu saber tem se aliado (poderia supor historicamente) às práticas que tomam por base sensibilidades específicas, para além de critérios formais e universais de acesso a direitos como avaliações econômicas e entrevistas para atestar a veracidade que os documentos supõem.

As famílias, na compreensão tácita de que sua voz para ser aceita requer legitimidade dada e referendada por um outro, um empregador por exemplo, acabam por corresponder as expectativas que são colocadas como necessárias para se ver incluído. O discurso da cidadania, as práticas adotadas identificadas como universais, baseadas em critérios técnicos, atributos de certas áreas profissionais, se revestem assim de moralidades, e se torna perceptível a eficácia da proposta de intervenção: “nos parece um aluno que está precisando ser beneficiado com bolsa, por sua situação econômica [...] Está mal agasalhado para o frio que está fazendo”. Em suma, além de comprovar a condição de vulnerável, necessita

² Núcleo de extensão e pesquisa em educação, memória e cultura, que pode ser acessado através do link <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7350053812760182>

³ A pesquisa em andamento conta com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa do IFSul desde julho de 2014.

apresentar-se enquanto tal, não basta “ser”, necessita “parecer” um necessitado, comportar-se, assemelhar-se aos demais despossuídos.

Aproximando-se de Schuch (2007, p. 15) naquilo que refere como encruzilhada moral “a qual visa controlar os desvios e fazer crer na possibilidade de uma sociedade solidária e harmônica” toma-se como referencial para pensar a ordem das classificações e julgamentos por aqueles que detém este poder. Na medida em que buscam afirmar a necessidade de outros parâmetros para além da garantia do direito, passa-se a atuar como um guardião moral, a julgar outros aspectos e a compor critérios que validam mais a ordem e a harmonia a partir do pobre sujeitado e não enquanto sujeito de direitos. Acrescenta ainda a autora que:

[...] A essa noção vem a introduzir-se a realidade das relações sociais desiguais entre os sujeitos, o ‘desajuste’ do conflito, da fragmentação do mundo, da carência material, moral e afetiva de uma sociedade racionalizada onde o progresso é visto como dominando as experiências intuitivas, a afetividade e o amor.

Sobretudo, para que não se perca a perspectiva da inclusão como direito, deve-se atentar para as formas sutis e fabricadas (GRINBERG, 2010, p. 79)⁴ que o discurso encarna, reafirmando assim a busca de soluções individualistas, destituídas de conteúdo político, esvaziadas de sentido para ação conjunta.

Ressalto neste contexto, a importância de considerar tais cartas frente a diversidade e frequência com que tem se apresentado em campo. Tais documentos aparecem pelas bordas, grampeados, compondo, para além dos formatos dos formulários, bricolagens nos esquemas burocráticos.

Contudo, não atribuo tais formas de interpretar e agir sobre a realidade de modo unilateral, comprehendo e percebo do mesmo modo, que as famílias, ou quem sabe, os alunos e suas famílias, como sujeitos que agem, se inserem e possuem estratégias de se colocarem nestas relações, de modo não alienado, mas sem desconsiderar as facetas da desigualdade numa sociedade de classes como a brasileira.

A tentativa explicitada firmemente pela mãe (na carta) destoa da lógica institucional que se apoia supostamente em validar comprovantes. Ela, no entanto, coloca a força de sua argumentação numa declaração de si e seu contexto de origem, reconhecendo-se e afirmando-se como um sujeito que é também um portador de voz e de verdade.

Aproximo-me de Trueba (2011) em sua investigação sobre as formas de intervenção social junto às crianças consideradas pobres na Argentina, particularmente por sua busca dos sentidos da intervenção a partir de documentos. O argumento defendido pela autora encontra eco nas reflexões que aqui desenvolvo, por situar outras vozes e, portanto interpretações e olhares outros para o asilamento de meninas naquele país.

Evidentemente, lejos de entender el abandono como um acto de desamor o de estrategia carente de sensibilidad, se debe pensar en un uso estrategico no desprovisto de sentimientos. Así queda de manifiesto en los retornos y los reclamos realizados por diferentes familiares y alegados para que las mismas niñas, que antes habían abandonado, volvieran con ellos. (TRUEBA, 2011, p. 330)

⁴ Adoto a concepción de processo de fabricação adotado pela autora e discutido no texto De “malos tratos”, “abusos sexuales” y “negligencias”. Reflexiones en torno al tratamiento estatal de las violencias hacia los niños en la ciudad de Buenos Aires.

4. CONCLUSÕES

O olhar sobre as instituições é sempre difícil e carregado de noções a priori, críticas já conhecidas sobre as relações de poder que se colocam as populações que delas se aproximam. O exercício deste artigo serviu para pensar sobre as diferentes formas e significados que toma a institucionalidade na vida dos sujeitos que por ela são atingidas.

As populações-alvo não são uniformemente atingidas, fazem usos variados com os projetos, com as intenções e os esforços dos profissionais que nelas atuam. Afetados talvez fosse a palavra mais adequada para referir ao trabalho empreendido neste texto, de um lado e de outro, diferentes sujeitos, muitas vozes.

As implicações de tais modos de classificação das experiências humanas se torna problemático na medida em que são tomadas como categorias de intervenção, as quais justificam práticas descoladas e descontextualizadas em universos desiguais (como no caso brasileiro).

Creio que a reflexão deva se dar na questão das arbitrariedades dos critérios que são utilizados para a construção de tais classificações sobre o outro e seus modos de vida. Não há nesse sentido ponto de vista isento, e aqui me aproximo da perspectiva teórica de Clifford Geertz (2012) quando discute os limites e potências do trabalho de campo, já que “a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece” e, portanto qualquer leitura que se faça não pode se dar fora do contexto em que ocorre. Portanto, contextualizar e por em evidência nossas certezas, tem sido uma questão fundamental e paradoxal para as Ciências Humanas, fundamental por expor nossa condição polifônica e paradoxal por simplesmente não se dedicar a busca de consensos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes antropológicos*. [online], 2001, v. 15. p.107-147.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GRINBERG, Julieta. *De “malos tratos”, “abusos sexuales” y “negligencias”. Reflexiones en torno al tratamiento estatal de las violencias hacia los niños en la ciudad de Buenos Aires*. In: VILLALTA, Carla. **Infancia, justicia y derechos humanos**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.
- SCHUCH, Patrice. Amor, Paz e Harmonia em Assuntos de Justiça: o Brasil e os Princípios Internacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: Porto Alegre, Editora da Ufrgs, 2009. p. 253-272.
- TRUEBA, Yolanda de Paz. Asilo de huérfanas, refugio para niñas solas. Prácticas del sector privado en el centro y sur bonarenses a fines del siglo XIX. In: COSSE, Isabella; LLOBET, Valeria; VILLALTA, Carla; ZAPIOLA, María Carolina (Org.). **Infancias: políticas y saberes en Argentina y Brasil, siglos XIX y XX**. Buenos Aires: Teseo, 2011. 426 p.